

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N° 011/2021 DO COMITÊ DE
INVESTIMENTOS DO IPMS**

Data: 12 de novembro de 2021

Participantes: Joel de Barros Bittencourt
João Ramos Junior
Onézimo Soares Ribeiro

Na Sala de Reuniões, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com início às 10:00 horas do dia 12 de novembro de 2021. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente abriu a reunião com o acompanhamento da estratégia de investimentos realizada ao longo do mês de outubro/2021. Conforme aprovado na 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, foram aplicados R\$ 7,71 milhões em datas diversas no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97. Houve também o resgate de R\$ 265 mil em datas diversas do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 para o pagamento de despesas administrativas e R\$ 1,13 milhão do mesmo fundo em 27/10/21 para o pagamento de despesas previdenciárias. A seguir, o Presidente informa que em outubro/2021 foram realizadas Assembleias de Cotistas dos seguintes fundos: i) INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II – CNPJ 13.344.834/0001-66, em 19/10/2021, cuja ordem do dia foi: Aprovar as Demonstrações Financeiras do Fundo correspondentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2021; (ii) LME REC MULTISETORIAL IPCA FIDC – CNPJ 12.440.789/0001-80, cuja ordem do dia foi a aprovação das Demonstrações Financeiras do período de 20 de agosto de 2020 a 30 de abril de 2021. Foram também realizadas Assembleia Geral de Cotistas dos Fundos da Caixa Econômica Federal o qual o IPMS é cotista, a saber: (1) CEF/CAIXA FI AÇÕES INST BDR NIVEL I – CNPJ 17.502.937/0001-68; (2) CAIXA FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP – CNPJ 11.060.913/0001-10; (3) CAIXA FI INDEXA BOLSA AMERICANA MM – CNPJ 30.036.235/0001-02; (4) CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP

–CNPJ 14.386.926/0001-71; (5) CAIXA FI BRASIL IPCA XVI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO – CNPJ 21.918.896/0001-62; (6) CAIXA FI BRASIL IRF-M 1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90; (7) CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP –CNPJ 03.737.206/0001-97; (8) CAIXA FI BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA – CNPJ 23.215.097/0001-55; (9) CAIXA FI BRASIL IMA-B TIT PUBL RF LP – CNPJ 10.740.658/0001-93; (10) CAIXA FIC BRASIL RF ATIVA LP – CNPJ 35.536.532/0001-22 em 08/10/21, cuja pauta de reunião em todas as Assembleias foi: transferência do serviço de gestão da carteira do fundo para a CAIXA DTVM S.A. CNPJ 42.040.639/0001-40; e o CAIXA FIC AÇÕES VALOR RPPS – CNPJ 14.507.699/0001-95 em 18/10/21, cuja pauta da reunião foi: transferência dos serviços de gestão da carteira do FUNDO, atualmente exercida pela VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA (“GESTORA”) pelos serviços de gestão da CAIXA DTVM S.A. O Presidente passou à análise dos resultados em 29/10/2021 com base nos relatórios elaborados pela Diretoria Administrativa e Financeira. A carteira no mês de outubro/2021 apontou uma rentabilidade no mês de -1,00% versus a meta atuarial projetada de 1,25%, sendo que no ano acumulado até outubro/2021 a rentabilidade total da carteira foi negativa em -4,04% contra uma meta atuarial de 8,24%. O segmento de renda fixa apurou uma perda de cerca de R\$ 3,47 milhões no mês de outubro/2021 e na renda variável houve uma perda de aproximadamente R\$ 1,63 milhão. Ao analisar a rentabilidade da carteira no início do mês de novembro/2021, verifica-se que a rentabilidade no mês acumulada até 12/11/2021 está em 1,13%, totalizando um resultado no mês de R\$ 5,75 milhões aproximadamente. O presidente destaca a volatilidade nos mercados ainda permanece, ainda que houve o início da reversão de tendência ainda que modo bastante tímida e sem expectativa de formação de tendência altista. O Presidente passa então a analisar o relatório de Rentabilidade Diária da CEF em 12/11/2021 e em 29/10/2021. No caso dos IMA-B e IMA-B 5+ os mesmos apresentaram até o dia 12/11/2021 rentabilidades no mês de 2,44% e 3,37% acumuladas respectivamente, comparados com as rentabilidades de -2,56% e -3,98% verificadas em outubro/2021. Em relação aos fundos IMA-B 5 e IDKA 2A IPCA a rentabilidade no mês até 12/11/2021 é de 1,48% e 1,38% respectivamente, enquanto que no mês anterior a rentabilidade respectiva foi negativa em 1,24% e 1,29%. Em relação aos fundos de vértice curto (IRF-M1 e CDI), a rentabilidade mensal até 12/11/2021 é de 0,38% e 0,30% respectivamente e no mês de outubro/2021 foi de -0,53% e 0,50%, respectivamente. O presidente destacou ainda a rentabilidade do IRF-M1+, que concentra papéis prefixados com vencimento superior a um ano, com rentabilidade mensal até 12/11/2021 de 1,33% e em outubro/2021 foi -3,49%. Destacou também o Fundo CAIXA AÇÕES VALOR, que teve rentabilidade mensal em 29/10/2021 de -4,30% e até 12/11/2021 possui uma rentabilidade no mês de 4,91%. Em relação a Fundos com exposição externa o IPMS possui aplicado no: 1. FUNDO AÇÕES BDR, cujo aporte inicial ocorreu em fevereiro de 2021 e a rentabilidade no mês até 29/10/2021 foi de 10,92% e no mês até 12/11/2021 foi de -1,69% e no 2. CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA, cujo aporte inicial ocorreu em junho de 2021 e a rentabilidade no mês até 29/10/2021 foi de 7,64% e no mês até 12/11/2021 foi de 1,63%. O presidente destaca que o início do mês de novembro mostrou uma recuperação em relação ao fechamento de outubro, porém não se acredita que isto seja reversão da tendência, visto que se verifica ainda bastante

volatilidade, principalmente devido à instabilidade política. O presidente passa à análise de conjuntura econômica, iniciando a análise dos Relatórios do Departamento de Pesquisa Econômica (Depec) do Banco Bradesco, iniciando com o Cenário Econômico de 05/11/2021 que informa que a desancoragem fiscal ameaça crescimento e inflação de 2022. As mudanças na regra do teto de gastos aprovadas em primeiro turno na Câmara dos Deputados ameaçam a principal âncora fiscal do País. A principal consequência no curto prazo é o aumento da incerteza e a piora das condições financeiras, com depreciação da taxa de câmbio, queda da bolsa e abertura das curvas de juros, impactando negativamente, assim, as perspectivas para o crescimento econômico e a inflação. O câmbio deve continuar incorporando o risco fiscal e as incertezas sobre a política econômica dos próximos anos. Ainda que as commodities no mercado internacional continuem dando suporte aos termos de troca brasileiros e mesmo diante da expectativa de maior aperto monetário por parte do Banco Central, a moeda brasileira deverá se manter depreciada neste ano e no próximo. Como resposta à deterioração fiscal e do cenário para a inflação, o Banco Central deverá estender o aumento dos juros. A depreciação cambial e o impulso fiscal derivados das mudanças no teto de gastos, combinado com a persistência da inflação corrente, demandam um patamar de juros superior ao que seria necessário para produzir a desinflação da economia. Diante disso, o mercado está revisando continuamente a expectativa em relação ao atual ciclo de elevação da taxa Selic. A atividade econômica deverá sentir os impactos do maior aperto monetário e da piora das condições fiscais. O aumento da Selic e a deterioração das condições financeiras deverão afetar especialmente as atividades ligadas ao ciclo econômico. Por outro lado, setores mais dissociados do ciclo, como a indústria extrativa ou o agronegócio devem compensar parte da perda de dinamismo do restante da economia. No cenário internacional, a inflação global segue pressionada: bancos centrais têm reagido às surpresas altistas ao longo dos últimos meses. Ao mesmo tempo em que o desempenho da atividade continua frustrando, na grande maioria dos países. Em resposta, o ajuste da política monetária foi se intensificando, seja com o aumento do número de bancos centrais elevando os juros, seja com aceleração do ritmo de elevação da taxa de juros. Parte importante da inflação global se deve a questões transitórias. Mas o fato é que esses choques têm se mostrado mais persistentes do que esperávamos trimestres atrás. É plausível esperar um reequilíbrio entre oferta e demanda, com o reestabelecimento das cadeias globais e um arrefecimento da demanda de bens, seja pela migração para serviços, seja pela própria desaceleração em curso das economias. O FED também iniciou seu processo de normalização da política monetária, com a confirmação do início do *tapering* neste mês. As circunstâncias que justificariam duas altas de juro em 2022 seriam no mínimo as mesmas que levariam o Federal Reserve a acelerar o *tapering*. Por alguns meses, a velocidade do *tapering* será o principal sinalizador de política monetária. Na Ásia, as discussões ligadas à China continuam centradas nas mudanças estruturais em andamento no país. O ajuste do setor imobiliário segue o principal vetor para essa alteração no ritmo de crescimento. O Boletim Semana em Foco, de 12/11/2021 informa que a inflação segue surpreendendo para cima, no Brasil e na maioria dos países. A inflação ao consumidor surpreendeu para cima novamente. O IPCA de outubro registrou alta de

1,25%, chegando a uma elevação de 10,67% nos últimos doze meses. O resultado do mês passado foi reflexo de pressão de preços de serviços, respondendo à reabertura da economia, de bens industriais, diante das restrições de oferta, em escala global, e da desvalorização do câmbio. No atacado, o IGP-DI registrou aceleração em outubro, explicada pelas commodities industriais e pelos reajustes de combustíveis. Olhando à frente, o viés ainda é de alta para a inflação deste e do próximo ano. A atividade doméstica continua desacelerando e as vendas do comércio varejista registraram queda de 1,1% em setembro, abaixo do esperado pelo mercado e puxado por bens duráveis e combustíveis. No cenário internacional, a inflação também acelerou, levando o mercado a antecipar as estimativas de alta de juros nos EUA. A inflação ao consumidor acelerou em outubro, com a maior alta interanual desde dezembro de 1990. A alta foi puxada por energia, mas as pressões inflacionárias têm se espalhado para bens industriais e serviços. Tal espalhamento na inflação enfraquece a narrativa de fenômeno transitório adotado pelo Fed em seus comunicados. Assim, o mercado fez ajustes altistas nas perspectivas de juros norte-americanos, em especial nos v�rtices mais curtos. Na China, por sua vez, o índice de preços ao produtor registrou aceleração em outubro, com maiores pressões provenientes de commodities, com destaque para energia. O ambiente global e doméstico continua desafiador para o Banco Central do Brasil. Não só a piora do ambiente global, com juros mais elevados, mas também a inflação persistente e a desaceleração da atividade no Brasil mantêm os desafios elevados para a política monetária. A aprovação da PEC dos Precatórios na Câmara retirou parte das incertezas em relação às contas públicas, ainda que a medida siga para aprovação no Senado. A necessidade de desacelerar a demanda agregada e, consequentemente reduzir as pressões inflacionárias, adiciona pressão para política monetária. O Boletim RPPS de outubro/2021 divulgado pela Caixa Econômica Federal destaca que no segmento de renda fixa, houve forte abertura nas curvas de juros passaram a apresentar inclinação negativa, ainda em ambiente de elevada volatilidade. A forte percepção pelo mercado de deterioração da principal âncora fiscal do país, conhecida como teto de gastos, somado a novas surpresas altistas na inflação, levaram a nova onda de revisão altista da SELIC terminal deste ciclo de normalização e também do IPCA para 2021 e 2022, concomitante com reduções baixistas para o PIB de igual período; observamos também parte deste contágio já impactando o ano de 2023. O país segue com indefinições quanto aos precatórios, o valor do Auxílio Brasil (eventual substituto do Bolsa Família) e a possível extensão dos auxílios emergenciais para 2022; na cena internacional, destaque para a confirmação pelo FOMC para o início do tapering em novembro, que resultou na esperada abertura da curva americana que impacta também a renda fixa soberana global. Novamente neste mês tivemos baixo volume emitido de Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional dado o momento de mercado de baixo apetite por risco e pela falta de interesse do emissor em emitir dívida a taxas elevadas. Exceção para as LFT (corrigidas pela Selic), onde o Tesouro segue no mesmo ritmo semanal de emissões e o mercado segue demandando bem o papel, principalmente pelas seguidas revisões altistas da SELIC. Nesse contexto, considerando os subíndices da ANBIMA que possuímos fundos de investimento, nota-se que no mês todos performaram de forma negativa, com exceção do IMA-S. Para novembro o cenário segue desafiador com os

investidores monitorando basicamente (i) inflação nos EUA e no Brasil; (ii) início do *tapering* nos EUA; (iii) andamento do processo de vacinação e das novas variantes do COVID-19 pelo globo; (iv) ambiente político e seus impactos na política fiscal do país; (v) desdobramentos dos defaults de grandes empresas chinesas, assim como a desaceleração da atividade no país; (vi) gargalos de oferta nas cadeias de suprimentos globais. No segmento de renda variável, outubro foi um mês de grande descolamento da bolsa brasileira em relação aos mercados internacionais, que operaram com ganhos, enquanto o índice Ibovespa recuou 6,74%. No ambiente internacional, a redução do número de mortes por Covid, o controle da situação da Evergrande e a recuperação robusta da atividade – como por exemplo na Europa, contribuíram para o desempenho positivo de vários mercados. Por outro lado, no Brasil, as pressões sobre o teto de gastos, a mudança em sua janela de cálculo, mais, a PEC dos precatórios, tudo isso com o pano de fundo do novo Auxílio Brasil, levaram a bolsa brasileira a um desempenho totalmente descolado dos mercados internacionais. Passando para análise do Resumo Econômico Mensal de novembro/21 elaborado pela Sicredi, o aumento do risco fiscal no Brasil e a perspectiva de mais juros no exterior, revisamos nossas projeções de câmbio para 2021 e 2022, pressiona ainda mais a taxa de câmbio. Além disso, os indicadores de atividade econômica do último mês vieram aquém do esperado, sugerindo que o crescimento do PIB no 3º trimestre será menor do que o esperado pelo mercado. A dinâmica desfavorável dos núcleos de inflação continuou a surpreender negativamente, mostrando-se mais perene que a esperada. Por isso, houve a contínua revisão da projeção de IPCA para cima, com elevação mais acelerada da SELIC, por conta da piora no balanço de riscos devido ao aumento do risco fiscal. A última versão da PEC dos Precatórios, aprovada pela Comissão Especial da Câmara, arranhou a credibilidade da política fiscal da União e aumentou o risco fiscal. Com isso, não se vê um ambiente para a redução do risco antes das eleições de 2022, uma vez que a probabilidade de aprovação de medidas estruturais permanece baixo. Finalmente, passou-se à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 12/11/2021 onde verifica-se que o mercado projeta da taxa SELIC em 9,25% até o fim de 2021 e projeta em 11,00% para o fim de 2022, uma elevação significativa de quatro semanas atrás, que projetava a SELIC em 8,25% para o final do ano de 2021 e 8,75% para o fim de 2022. O mercado revisou para baixo a projeção de crescimento do PIB, de 5,01% há quatro semanas para 4,88%, e a projeção de crescimento para 2022 de 1,50% para 0,93%. A taxa de câmbio sofreu nova correção para cima, com o câmbio em 5,50 ao final de 2021 sendo que a projeção de quatro semanas atrás para 5,25, e a projeção do câmbio para 2022, é de 5,50, ante 5,25 quatro semanas atrás. A projeção da inflação IPCA continua a ser reajustada para cima, de 8,69% para 9,77% para o final de 2021 e de 4,18% para 4,79% em 2022. Com base nas informações de conjuntura econômica apresentadas, paira ainda certa incerteza relativa ao melhor cenário para a alocação dos investimentos. Ainda que há janelas de investimentos em posições de vértice médio na renda fixa e possíveis aportes em Fundos no exterior para a renda variável, o cenário ainda é bastante incerto, sendo que o mercado projeta continuamente uma escalada ainda maior na taxa Selic, com a sinalização pelo Banco Central que irá adotar uma política contracionista se necessário. Caso haja a adoção de uma política

contracionista ativa pelo Bacen, haverá a deterioração do mercado acionário poderá ser ampliada, além de uma abertura nas curvas de médio e longo prazos na renda fixa, com maior queda nos subíndices IMA. Por outro lado, a expectativa do *tapering* antes do previsto e retomada do cenário de elevação da taxa de juros pelo Fed, desestimulam o investimento nas Bolsas americanas no curto prazo. O Comitê de Investimentos acredita que ser preferível a manutenção do cenário de cautela adotado nos dois meses anteriores, sendo preferível a manutenção da política de aportes no CDI, aguardando uma definição melhor de cenário no futuro. O Comitê também não descarta a convocação de reuniões extraordinárias para realocações pontuais, caso veja oportunidade. Com isso, o Comitê de Investimentos APROVOU: (i) APPLICAR os ingressos de recursos referentes a: I) resgates devido às liquidações antecipadas provenientes de decisões aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas; II) os valores recebidos da distribuição de rendimentos dos fundos; III) os valores recebidos dos acordos de parcelamento; e IV) os repasses das contribuições mensais no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97. Para o pagamento das despesas administrativas e previdenciárias deverá ser efetuado o RESGATE do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97. São anexos a esta Ata: (i) Ata das Assembleias do Fundos da CEF; INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II e LME REC MULTISSETORIAL FIDC; (ii) Relatórios de Posição de Investimentos de 29/10/2021 e 12/11/2021; (iii) Tabelas de Indicadores dos Fundos de Investimento da Caixa Econômica Federal em 29/10/2021 e 12/11/2021; (iv) Cenário Econômico de 05/11/2021 e Boletim Semana em Foco de 12/11/2021 elaborados pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Banco Bradesco; (v) Boletim RPPS de outubro/2021 elaborado pela CEF; (vi) Resumo Econômico Mensal de Novembro/2021 elaborado pelo Banco SICREDI S.A.; (vii) Relatório de Mercado – Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 12/11/2021. Nada mais havendo foi encerrada às 11:30 horas a 11ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2021 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.

Presidente do Comitê

Membro

Relator